



Não tenha medo mamãe - Menina, 7 anos

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

O que temos a dizer após a escuta das crianças?

Isabel de Oliveira e Silva

Iza Rodrigues da Luz

Levindo Diniz Carvalho

Maria Cristina Soares de Gouvêa

Ao iniciarmos a escrita do projeto de pesquisa do qual se originam as reflexões construídas neste livro, no mês de abril de 2020, nós nos encontramos no início da implementação das medidas de distanciamento social, já com a suspensão da frequência das crianças às escolas, em decorrência da pandemia de Covid-19. O contexto nos trazia preocupações diversas, especialmente com as crianças das camadas populares para quem as escolas são espaços de garantia de diversos direitos. Entretanto, no momento da escrita deste texto, tendo transcorrido mais de um ano, nos encontramos ainda mais preocupados(as) com a

inexistência de ações governamentais consistentes e efetivas que possam minimizar os danos vividos pelas crianças neste contexto. Como ressaltado na introdução, não há por parte do governo federal, nenhuma ação, projeto ou política com foco na garantia dos direitos das crianças no contexto da pandemia. Ademais, como discutido ao longo deste livro, as crianças evidenciaram uma elevada preocupação com as condições sociais de suas famílias e da sociedade como um todo, como também indicaram a vivência de grande restrição nas relações com amigos e familiares, situações que provocaram sentimentos de tristeza e medo.

Estes resultados corroboram aqueles apresentados na introdução, também encontrados nos estudos recentes que se debruçaram sobre temáticas relativas às experiências das crianças na pandemia. Ressaltamos o profundo impacto da pandemia na população infantil. As crianças foram privadas da frequência à escola e do acesso a espaços de lazer, e tiveram suas interações afetivas presenciais fortemente reduzidas. Esse conjunto de mudanças em suas vidas comprometeu seus processos de aprendizagem, sua sociabilidade e seu acesso a bens culturais e a espaços públicos. A exacerbção das desigualdades existentes, definidas principalmente por marcadores de classe, raça e gênero, tem afetado de modo mais grave as crianças, especialmente no contexto brasileiro, onde houve um grande aumento da pobreza e da insegurança alimentar. A literatura indica, ainda, o significativo aumento da violência contra a criança no espaço doméstico.

Tendo em conta que o “o futuro da infância” se desvela na urgência do presente, os dados da pesquisa informam modos de ser e de agir das crianças no contexto de crise e nos mobilizam a conhecer e ampliar as formas pelas quais as crianças podem exercer seus direitos e sua cidadania.

Considerações construídas a partir da escuta das crianças

O processo de realização da pesquisa evidenciou, de forma acentuada, a capacidade interpretativa, crítica e original das crianças na compreensão da realidade social. A pesquisa contou com a profícua colaboração e a compreensão do processo de produção de conhecimento por parte das crianças, concretizadas na grande participação ocorrida na primeira etapa da investigação. Além disso, um número expressivo de crianças revelou disponibilidade de serem novamente contatadas para a segunda fase para serem entrevistadas. A adesão de número significativo de crianças para

participarem de uma pesquisa à distância e a abertura para falar sobre suas experiências fortalecem o reconhecimento da urgência de que esses sujeitos tenham variados canais de participação nos distintos contextos em que vivem.

Ainda no que concerne ao público participante da pesquisa, a investigação contou com menor participação de crianças que vivem em contextos de maior risco de vulnerabilidade social. Embora nossa intenção fosse a de chegar às crianças em sua diversidade social, as condições de realização da pesquisa revelaram-se insuficientes com os recursos disponíveis. Essa constatação alerta para a importância de se assegurarem recursos para conseguir chegar a esse público que, em razão do menor acesso às tecnologias digitais, demanda formas de escuta diferentes das que foram utilizadas na pesquisa.

Entretanto, cabe destacar que ainda que quantitativamente menos representadas, procuramos contemplar crianças das mais diversas realidades. Mesmo considerando o precário acesso à internet, ouvimos crianças de vilas, favelas e ocupações urbanas, e mais da metade das crianças participantes frequentavam escolas públicas. Nesse horizonte, a categoria “vulnerabilidade territorial” se revelou fundamental uma vez que a análise das experiências sociais das crianças no contexto da crise sanitária exige conhecimento dos territórios das nossas cidades.

No que concerne às perspectivas e avaliações das crianças sobre a escola, as análises evidenciaram a centralidade desta instituição em suas vidas. Com o fechamento das escolas, elas se viram sem o seu principal espaço de convivência social, brincadeira e construção de conhecimento. A mudança repentina de um cotidiano que tinha a escola como principal referência, associada ao medo e à insegurança derivados do risco de adoecimento de si mesmas e das pessoas queridas, provocou uma sobrecarga emocional, vivenciada como sensação de medo, tédio, angústia, dispersão e solidão. Para boa parte das crianças ouvidas, o tempo parece ter ficado, repentinamente, suspenso em função da ausência da experiência diária de estar nas escolas, da convivência afetiva e do impedimento de substituí-la por outras atividades devido ao imperativo do distanciamento social.

A pesquisa possibilitou a percepção de modos diferenciados - e até extremados - de lidar com a ausência do espaço escolar. Algumas crianças relataram excesso de tarefas escolares no ensino remoto e outras, a completa ausência das mesmas. Marcadores sociais, como raça/cor, classe social e território, influenciaram fortemente esses modos de acesso à escola.

As crianças pertencentes à parcela economicamente mais favorecida da sociedade têm recursos materiais que facilitam o acesso a modelos de aulas não presenciais. Já para aquelas das camadas populares se apresentam grandes dificuldades para acessar as atividades escolares oferecidas pelas redes públicas de ensino, evidenciando, assim, as desigualdades escolares aprofundadas em períodos de crise.

Mesmo com diferenças significativas nos procedimentos empregados pelas instituições para a manutenção de atividades escolares, as crianças participantes da pesquisa questionaram a sua efetividade. Em respostas a questões da pesquisa, elas demonstraram não estabelecer relação direta entre os meios utilizados pelas escolas e a produção do conhecimento e da aprendizagem, em alguns casos, esvaziando de sentido o ensino remoto emergencial.

Um elemento de destaque nas respostas de boa parte das crianças foi a saudade do convívio com seus colegas e professoras(es) e, também, das interações com outras pessoas oportunizadas pela escola, indicando o lugar privilegiado que essa instituição tem na construção de suas relações sociais, lúdicas e afetivas. A regularidade da frequência, associada à significativa parcela de tempo diário em que as crianças permanecem na escola; e o reconhecimento do ambiente escolar como um espaço seguro e orientado por adultos responsáveis, fazem da escola um lugar muito favorável para a construção de vínculos afetivos entre os sujeitos que ali se encontram – sejam entre as crianças ou entre elas e os adultos que trabalham no ambiente escolar.

No que se refere à análise das interações e das atividades realizadas pelas crianças no contexto da pandemia, a pesquisa constatou a resignificação do espaço familiar com a intensificação da sociabilidade na relação com outros membros da família e na interação com animais domésticos, plantas e artefatos culturais até então pouco experimentada. Com a nova configuração da vida cotidiana, as crianças buscaram garantir o exercício do brincar e do lazer, estes muitas vezes compartilhados com os pais, o que significou uma experiência inédita para muitas famílias. O brincar foi, em muitos casos, expandido temporalmente, em uma nova rotina que alterou os horários de sono e vigília, retirou os tempos de deslocamento para a escola e de realização das tarefas escolares. Para outras crianças, entretanto, o brincar ficou restrito ao espaço doméstico e, por muitas vezes, reduzido a uma atividade solitária, desprovida da riqueza da convivência com outras crianças.

Para muitas crianças, o cumprimento das medidas de distanciamento social implicou a privação do exercício do direito à cidade com a interdição da mobilidade urbana e da exploração de espaços públicos como parques, shoppings, ruas e da frequência a espaços culturais, como teatros e cinemas. Espaços estes em que a criança pode interagir com outras crianças e adultos, que possuem diferentes ideias, valores, formas de ser e de estar no mundo.

Neste cenário, a reestruturação dos mundos sociais das crianças foi diretamente influenciada pelos marcadores sociais. No caso do acesso à internet e aos equipamentos eletrônicos, como já destacamos, as desigualdades sociais, raciais e territoriais foram intensificadas e potencializaram as desigualdades educacionais. No que se refere ao brincar, as condições de moradia condicionaram o seu exercício, especialmente no acesso a espaços externos, estes, muitas vezes, possíveis às crianças que residiam em territórios de alta e média vulnerabilidade, e inacessível a crianças moradoras de edifícios que não contam com tais espaços. Outras atividades, como as tarefas domésticas, foram atravessadas por desigualdades econômicas, raciais e de gênero, visto que as meninas pretas pobres são as que mais desempenham tais tarefas; estas informações se assemelham ao que se observa na divisão social do trabalho manual doméstico.

A escuta das crianças participantes permitiu evidenciar que a pandemia desencadeou uma diversidade de experiências de socialização e lazer. Não é possível falar de uma infância confinada, como se a restrição ao espaço doméstico estivesse sido vivida por todas as crianças. Diante da ausência da escola, muitas delas disseram estar brincando, ou mesmo ampliado sua presença nas ruas e nos seus quintais. Podemos assim falar de crianças que vivem, em condições sociais distintas, com impactos também diversos, uma radical transformação em suas vidas.

As análises das respostas sobre as emoções e os sentimentos das crianças, um dos focos da pesquisa realizada, indicaram que a longa duração das medidas de isolamento e da interrupção das aulas presenciais intensificou os sentimentos de medo, angústia, insegurança, solidão e tédio, que se fizeram presentes na ampla maioria das respostas. Ainda que a pesquisa não tenha tido como objetivo avaliar a saúde mental das crianças, ela aponta a necessidade de políticas de acompanhamento durante e após a pandemia, políticas estas que devem estar ancoradas na construção de estratégias de escuta e acolhimento das manifestações de sofrimento das crianças e de suas famílias.

Ainda no plano afetivo, a análise dos depoimentos das crianças sobre as justificativas para a adesão às medidas de isolamento demonstra que estas recorreram a uma moralidade fortemente coletivista, em que o bem-estar comum se sobrepõe a desejos e necessidades individuais. Observa-se que a solidariedade intergeracional se refere não apenas à compreensão da realidade, mas à gestão da vida, em que as crianças se viram forçadas à radical restrição de sua vida social e afetiva, em favor da sobrevivência e bem-estar coletivos. Evidentemente, isto não se deu sem sofrimento, angústia e tristeza, ao renunciarem a práticas de lazer, sociabilidade e aprendizado. Esta moral coletivista foi confrontada com discursos e práticas de parte dos adultos, fundados numa moral individualista, o que parece ter provocado, nas crianças, um sentimento de frustração e impotência.

A pesquisa identificou, também, a importância da família na vida afetiva e na saúde mental das crianças. Especialmente diante da ausência da escola, as crianças enfatizaram os ganhos decorrentes da intensificação da convivência com familiares e com a aproximação afetiva dos pais, o que foi revelado como acontecimento novo que teve importante impacto nas suas vidas. Assim, observou-se a convivência do sentimento de insegurança e desproteção diante dos riscos da pandemia com o sentimento de bem-estar decorrente do aumento do tempo de convivência familiar e da melhoria da qualidade desta.

Ao mesmo tempo, como já ressaltado ao longo desta obra, a relativa uniformidade das respostas leva-nos a indagar sobre a menor representatividade de crianças de grupos sociais mais vulneráveis. Destacamos, também, como já sinalizado, que não foi possível captar, na pesquisa, questões relativas ao aumento da violência doméstica e sexual contra as crianças. Nesse sentido, assim como indicam as análises realizadas na introdução, experiências de violência e dor seguem sendo invisibilizadas, o que demanda construção de estratégias de pesquisa e de políticas de acolhimento e escuta que viabilizem medidas de proteção às crianças.

Consideramos importante destacar, também, a participação e a presença dos pais e/ou responsáveis pelas crianças no processo da pesquisa, mesmo que de forma indireta. Percebe-se que as respostas das crianças foram perpassadas por essas vozes, tanto no questionário quanto nos momentos das entrevistas, demonstrando a importância de considerar a criança como sujeito inserido no interior de relações intergeracionais. A escuta das crianças não prescinde da escuta de seus familiares, sendo ambos fundamentais para a compreensão da infância em contextos de

crise. Essa presença nos indica a necessidade de um espaço de escuta no que concerne tanto às suas emoções e sentimentos quanto às emoções e sentimentos de seus filhos. Sendo assim, reforça-se a importância de espaços de escuta e de reflexão para crianças e suas famílias no sentido de compreendermos como estão vivendo este momento de crise sanitária e social. Considera-se que a realização de práticas de escuta e acolhimento pode contribuir para as políticas públicas voltadas para os direitos das crianças nos seus mais diversos contextos e territórios.

E, finalmente, ressaltamos que a riqueza das formas de expressão das crianças, acolhida nos espaços criados pela pesquisa, nos permitiu construir um banco de dados com um rico conjunto de áudios, desenhos e fotografias que ainda não foram analisados de forma aprofundada. Seguimos, assim, com o desafio de, em análises futuras, triangular esses dados com indicadores relativos às infâncias em seus territórios, bem como aprofundar as análises sobre desigualdades raciais e de gênero ainda pouco exploradas.

Como não poderia deixar de ser, o encontro com as crianças, ainda que marcado pela mediação dos recursos de comunicação à distância, resultou no fortalecimento dos princípios e pressupostos que as reconhecem como parte da sociedade e como sujeitos capazes de interpretar a realidade e dela participar. O aprofundamento do conhecimento sobre suas condições de vida, seus interesses, suas relações com as tecnologias, com as mídias e com o conjunto da produção cultural e sobre os múltiplos processos envolvidos nas relações sociais das quais as crianças participam, podem e devem permanecer no horizonte das ciências sociais para um conhecimento mais complexo da sociedade.

A realização da pesquisa significou não apenas o esforço de produção de um conhecimento sobre o tema, mas também a expressão da necessidade de que, a partir da escuta das crianças, fossem elaboradas recomendações aos gestores de políticas públicas voltadas para a infância e educadores de forma geral. Assim, a coordenação da pesquisa elaborou uma nota técnica publicada em fevereiro de 2021, intitulada: *Recomendações ao Poder Público e às organizações da Sociedade Civil sobre a proteção social, a educação e o cuidado com as crianças a partir dos primeiros resultados da pesquisa: 'Infância em tempos de Pandemia: Experiências de Crianças de 8 a 12 anos em Belo Horizonte e Região Metropolitana'*. Reproduzimos a seguir esse documento, com o objetivo de deixar mais um registro da convocação ao poder público e à sociedade para, neste e em outros contextos de crise, dedicarem a atenção, a escuta e o cuidado com as crianças com a devida prioridade.



Recomendações ao Poder Público e às organizações da Sociedade Civil sobre a proteção social, a educação e o cuidado com as crianças a partir dos primeiros resultados da pesquisa: "Infância em Tempos de Pandemia: Experiências de crianças de 8 a 12 anos em Belo Horizonte e região metropolitana"

Isabel de Oliveira e Silva¹

Iza Rodrigues da Luz²

Levindo Diniz Carvalho³

Maria Cristina Soares de Gouvêa⁴

As medidas de isolamento social geraram profundos impactos sobre toda a sociedade. Por um lado, a pandemia atingiu de forma intensa as classes populares, especialmente pela perda de emprego e renda, o que se somou às já precárias condições de vida em contexto de extrema

¹ Professora da Faculdade de Educação da UFMG e coordenadora da pesquisa Infância em Tempos de Pandemia.

² Professora da Faculdade de Educação da UFMG e coordenadora da pesquisa Infância em Tempos de Pandemia.

³ Professor da Faculdade de Educação da UFMG e coordenador da pesquisa Infância em Tempos de Pandemia.

⁴ Professora da Faculdade de Educação da UFMG e professora colaboradora da pesquisa Infância em Tempos de Pandemia.

desigualdade. Por outro, o quadro de emergência social atingiu de forma ainda mais forte as crianças, causando grande sofrimento, diminuição do convívio social e dos espaços de socialização, interrupção das aulas presenciais nas escolas e agravamento das condições de pobreza infantil.

A partir destas considerações e da relevância de ouvirmos as crianças sobre suas experiências, iniciamos, em junho de 2020, uma pesquisa que teve como objetivo compreender como crianças de 8 a 12 anos da região metropolitana de Belo Horizonte - RMBH, vivenciam a pandemia de Covid-19. A escuta das crianças ocorreu por meio de um questionário *on-line*, com questões abertas e fechadas, pela troca de mensagens, desenhos e fotografias em um ambiente virtual e pela realização de entrevistas com a utilização de recursos de comunicação à distância. O questionário ficou disponível entre 11 de junho e 15 de julho e as entrevistas foram realizadas entre agosto e dezembro de 2020. Buscamos analisar as rotinas, as relações sociais e as experiências das crianças com foco nas suas emoções e sentimentos. Como eixo central nessa análise procuramos também compreender como as desigualdades sociais, territoriais, raciais e de gênero repercutiram nas diversas experiências das crianças.

Contamos com a participação de mais de 2.200 crianças que responderam ao questionário e, dentre essas, 33 foram entrevistadas na segunda fase da Pesquisa. As análises centraram-se nas suas interpretações, mas, também, no contraste, na medição e nas frequências quantitativas sobre as experiências das crianças participantes dos 33 municípios da RMBH. Todo o processo de escuta foi realizado com base em princípios éticos das pesquisas com crianças.

Nesta nota apresentamos recomendações ao Poder Público, às organizações da Sociedade Civil e a toda a sociedade a partir dos primeiros resultados da Pesquisa. A investigação empreendida tem como referência principal os Estudos Sociais da Infância e o reconhecimento da alteridade das crianças como sujeitos de direitos e atores sociais que participam e transformam a vida social.

Escuta das crianças: conclusões e recomendações

I - As crianças revelaram, em suas falas, capacidade de resistência, consciência de suas condições de vida, dos seus direitos, responsabilidades, dos direitos de suas famílias e do contexto da crise sanitária, social

e política que vivemos. Seus pontos de vista genuínos e complexos nos permitem afirmar que elas podem e devem falar por si mesmas sobre suas necessidades e demandas e que poderão contribuir muito na construção de caminhos para o enfrentamento da crise sanitária e a para retomada das atividades presenciais nas escolas.

RECOMENDAMOS que as necessárias e urgentes ações do poder público destinadas às crianças levem em consideração os seus pontos de vista. A escuta das crianças pode ser feita por meio de “rodas de conversa”, “assembleias”, entrevistas individuais e “fóruns”, mas também a partir da análise sensível das suas diferentes formas de expressão, mediadas pela imaginação: o desenho, a fotografia e o brincar. Os pontos de vista das crianças podem ser objeto de conversas individuais ou em pequenos grupos e podem subsidiar a tomada de decisões. Garantir espaços de participação é reconhecer que as crianças são sujeitos históricos e de direitos.

II - As crianças, em sua maioria disseram estar cumprindo o isolamento físico. Entretanto, há um grupo de crianças que tem acompanhado familiares ao trabalho ou tem se deslocado para ficar sob a responsabilidade de familiares ou vizinhos. Esse fato ilustra como as condições em que as crianças da RMBH vivem a pandemia são diversas e desiguais. A pesquisa revelou, por exemplo, que as crianças que se declararam pretas e pardas são as que menos possuem acesso a recursos digitais (celular, *tablet* e computador). O acesso à internet pelas crianças que vivem em regiões de maior risco de vulnerabilidade social também se revelou menor do que para as que vivem em outras regiões da cidade, o que expressa desigualdade de oportunidades. A compreensão dessa pluralidade de infâncias indica a urgência de se considerar os pertencimentos de gênero, sociais e raciais das crianças na avaliação das consequências da pandemia, realizando ações que efetivamente contribuam para mitigar as consequências da situação de crise sanitária sobre as crianças em suas diversidades.

RECOMENDAMOS que as políticas e ações destinadas às crianças considerem suas identidades, seus contextos de vida familiar e comunitária e que sejam formuladas tendo em conta as diversas fragilidades e o precário acesso a bens materiais básicos de parcela expressiva da população infantil. A crise que vivemos exige conhecimento profundo dos territórios das nossas cidades e dos riscos de vulnerabilidades aos quais as crianças estão submetidas. Tais desafios exigem que políticas se estruturem de forma intersetorial por meio de ações integradas de promoção de direitos baseando-se nas informações e significados das experiências das crianças

marcadas pelas desigualdades sociais, territoriais, raciais e de gênero. Sugerimos que possam promover, por exemplo: maior articulação da atuação das Unidades Básicas de Saúde com as escolas; levantamento das condições sociais das crianças e das famílias; mapeamento dos equipamentos públicos, organizações da sociedade civil e diferentes atores que compõem a rede de proteção social visando a construção de ações articuladas; realização sistemática de reuniões entre os diferentes setores para discussão de casos e revisão de protocolos.

III - As experiências das crianças na pandemia foram caracteristicamente distintas entre as que não realizaram atividades escolares e as que o fizeram, através do ensino remoto. Estas últimas fizeram análises consistentes sobre o Ensino Remoto Emergencial – ERE, indicando impactos negativos sobre sua saúde física e mental decorrentes do cansaço, da ausência de interação, do excesso de atividades e das dificuldades de aprendizagem geradas por essa modalidade.

RECOMENDAMOS que durante o ensino remoto, as práticas educacionais levem em consideração as avaliações das crianças sobre essa modalidade emergencial enquanto durar a suspensão das aulas presenciais para a reformulação de conteúdos, recursos, estratégias e tempos na sua realização. As rotinas das atividades não devem reproduzir artificialmente o ambiente escolar, pois essa “transposição” não garante o direito à educação das crianças e tem gerado estresse físico e emocional. Sugerimos que as práticas de interações com as famílias avaliem as diferentes estratégias de relação criadas no contexto de suspensão das aulas presenciais, bem como criem canais institucionais de participação efetiva das crianças e das famílias no desenvolvimento do projeto político-pedagógico das escolas de modo que faça sentido para as crianças. Para que isto se efetive, sugerimos, por exemplo, considerar a possibilidade de, no ensino remoto, utilizar outros formatos em que o tempo destinado às aulas possa ser organizado de modo que seja possível às(aos) professoras(es) trabalharem com grupos menores. Esta estratégia promove, no ambiente virtual, uma interação mais efetiva, permitindo conhecer melhor os processos vivenciados por cada criança e, assim, ajudá-las em suas aprendizagens e nas relações com os colegas. Isto somente será possível se as(os) professoras(es) tiverem acesso a formação para desenvolverem o trabalho com as crianças por meio de diferentes plataformas digitais e uso de ferramentas da web que qualifiquem o trabalho, tornando as atividades atrativas e instigantes para as crianças. Recomendamos, também, que as políticas públicas assegurem a equidade

no acesso a recursos digitais (celular, *tablet* e computador) e acesso à internet de qualidade para crianças e professoras(es).

IV - As crianças explicitaram seus pontos de vista sobre a escola, destacando como suas aprendizagens se relacionam com as ações e interações com as professoras(es) e colegas de turma, mas dependem também da convivência afetiva e lúdica com as outras crianças e profissionais da escola, bem como dos usos de seus diferentes ambientes. A escola afirma-se como espaço social coletivo fundado na riqueza e diversidade das interações que ocorrem entre os sujeitos que a frequentam. Ao expressarem os sentidos que a escola tem em suas vidas, as crianças apresentaram elementos para o repensar dessa instituição: sua função de aprendizagem dos conteúdos escolares, de apoio às famílias no cuidado e educação e de lugar de sociabilidade e de brincadeiras entre elas e com os adultos. Suas manifestações nos permitem depreender que o retorno presencial à escola será marcado pelas consequências sociais e subjetivas decorrentes da vivência de medos, angústias, ansiedades e privações de diferentes ordens.

RECOMENDAMOS que a escola, como uma instituição central no ordenamento da vida das crianças sob diferentes aspectos, possa se preparar para acolher as crianças com suas necessidades e demandas de forma integral e integrada, com atenção às possíveis repercussões das experiências vividas neste contexto de pandemia. E que se possa reafirmar que os sentidos da escola para professores, crianças e famílias superem a visão restrita de “transmissão de conteúdos”, expressando uma concepção de currículo e práticas avaliativas coerente com o entendimento de educação escolar como formação humana. Sugerimos que a compreensão das condições das infâncias interroge a Pedagogia em seus métodos e organização de tempos, espaços e ambientes educativos. Assim, no retorno às aulas presenciais ou no ensino híbrido, indicamos, por exemplo, que sejam priorizadas experiências culturais e artísticas que enriqueçam a experiência estética das crianças, oportunizando o acesso a bens culturais. Sugerimos a construção de novos ambientes abertos de interações e aprendizagens que extrapolem a sala de aula por meio do uso de espaços externos da própria escola e da vizinhança. Esta estratégia pode, além do aspecto sanitário, contribuir para uma inserção mais efetiva da escola na comunidade com repercussões no processo de ensino e aprendizagem e de sociabilidade das crianças. Recomendamos, ainda, que as professoras(es) tenham espaços e tempos, dentro da carga horária, para participarem das decisões pedagógicas e das mudanças necessárias para o retorno com segurança de adultos e crianças.

V - As crianças expressaram em suas falas não apenas um conhecimento sobre a pandemia, suas causas e consequências, mas também da responsabilidade coletiva necessária para seu enfrentamento. Nos seus discursos, afirmaram a defesa do isolamento social e das medidas de proteção, diante da necessidade do cuidado com o outro, especialmente os idosos. Ao mesmo tempo, destacaram a preocupação com a piora das condições de vida de grupos fragilizados e a necessidade de medidas de proteção. O cuidado de si e do outro esteve fortemente presente nas reflexões das crianças como um imperativo ético.

RECOMENDAMOS que a escola se fortaleça como espaço de aprendizagem não apenas de conteúdos, mas de uma ética fundada na valorização do cuidado e do respeito mútuo; e que tanto no ERE e ensino híbrido quanto no retorno às aulas presenciais sejam fortalecidas atividades e desenvolvidos saberes fundados na cooperação coletiva e não na competição individualista. A formação da cidadania ocorre através de seu exercício, numa escola que se afirme como espaço da vida coletiva.

Coordenação da Pesquisa Infância em Tempos de Pandemia: experiências de crianças de 8 a 12 anos em Belo Horizonte e Região Metropolitana

Informações e contatos:

Site da pesquisa: <https://www.infanciaemtemposdepandemia.com.br/>

E-mail: infanciabhcovid19@gmail.com

Site NEPEI: <https://nepei.fae.ufmg.br/>